

A VIDA EM DEVIR COMO FORMA DE RESISTÊNCIA: ETNOGRAFIA DE UMA RESISTÊNCIA ENTRE-POLÍTICAS

Alexandre Bosquetti Kunsler¹

“Antes disso eu não lembro... Só lembro que eu fugia de casa, não obedecia... Tudo começou quando eu mudei de casa... Aos 8 anos de idade, comecei a andar com a gurizada... Fumar cigarro, depois maconha, depois pedra... Depois comecei a andar no Centro, comecei a pedir dinheiro em sinaleira, depois ia tomar banho no Lar Dom Bosco e dormia na Casa de Acolhimento... Aos 12 comecei a traficar para poder consumir as minhas drogas, no Loteamento Santa Terezinha, mais conhecido como Vila dos Papeleiros. Aos 10 eu comecei a roubar nos mercados, a polícia me pegava levava para o Conselho Tutelar (CT) e o CT me levava pros abrigos. E eu fugia dos abrigos e ia pra FASE. Fui preso 4 vezes na FASE. Tudo por tráfico. Roubei ônibus também, a mão armada, com 15 anos, com os guri lá da Vila. Eu roubava ônibus para cheirar pó. Eu roubava dinheiro da minha mãe, liquidificador, vendia minhas roupas para comprar drogas... Roubava relógio, roupa dos meus irmãos para vender para comprar drogas... Ai tomei um tiro na cabeça e sobrevivi. Fiquei 1 ano e 3 meses numa Fazenda Terapêutica e não parei com as drogas. Fui 6 vezes internado em clínicas terapêuticas para me tratar das drogas (3 na São José, 1 na Gramado e 2 no CAPS do São Pedro). Pedia dinheiro no supermercado Zaffari na rua Cristóvão Colombo. Cuidava carro estacionado na rua do restaurante Alfredo na Ramiro Barcellos. Dormia debaixo do viaduto da Conceição próximo à rodoviária. Hoje em dia eu ando, converso com usuários de drogas mas não uso nada. Vou na Igreja. Pretendo mudar de vida estudando e fazendo curso no POD. Hoje em dia eu brigo muito em casa com meu irmão e com minha mãe”.

1 Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUCRS.

(Texto produzido por Xirú durante uma das oficinas de cidadania desenvolvidas no Programa de Oportunidades e Direitos - POD Socioeducativo em 2013).

O presente trabalho emerge como o resultado de uma etnografia realizada entre 2013 e 2016 junto a um jovem chamado de “Xirú”, nascido numa periferia da cidade de Porto Alegre, negro, deficiente físico e egresso do sistema socioeducativo. No referido período pude etnografar seu reencontro com um conjunto de tecnologias de governo estatais (FOUCAULT, 2008), caracterizadas aqui como políticas públicas de educação, saúde e assistência social, acessadas após o incidente do tiro (referido no texto acima), e que mudaria radicalmente os rumos de sua vida, deixando marcas irreversíveis em seu corpo e subjetividade.

A possibilidade de acompanhar a reconstrução da vida deste jovem através de seus fluxos institucionais na posição de educador social de uma das políticas públicas que Xirú frequentava, conduziu-me a seguinte questão: tendo como paisagem de fundo a produção desejante no contemporâneo, como diferentes políticas públicas de garantia de direitos atuam em processos de subjetivação, de modo a constituir novas possibilidades de vida para um jovem cuja trajetória é marcada por múltiplas intervenções estatais. Deste modo, é na interface da relação Desejo - Estado - Subjetivação que procuro compreender a formação do desejo (BIEHL, 2011) e dos territórios existenciais (ROLNIK, 2011) na expansão da vida de Xirú. Ao explicitar a composição de um complexo enredamento institucional, aqui chamado de movimento “entre políticas”, mobilizado por gramáticas dos direitos, repertórios morais e pelo controle de determinados fluxos de vida, procuro perceber os modos como o “Estado”² apresenta-se na existência deste jovem, assim como as resistências e agenciamentos produzidos por ele em meio a estes processos.

2 Ao longo desta etnografia o “Estado” não é caracterizado como um ente abstrato, monolítico e totalizante, ao contrário, é problematizado a partir de suas práticas, dos seus efeitos de poder, sobretudo a partir da atuação cotidiana de seus agentes nas mais diferentes políticas públicas que Xirú acessou, o que também pode ser nomeado como micropolíticas do cotidiano.

Para tanto, a etnografia aqui apresentada tem como ponto de partida uma tecnologia de governo chamada POD Socioeducativo (ROLIM; BRAGA; WINKELMAN, 2017), programa de reinserção social para jovens egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase/RS) e suas intervenções cotidianas na vida de Xirú. No entanto, este não é um trabalho sobre uma política pública, mas sobre a trajetória de um jovem “entre políticas”, visto que o POD Socioeducativo se apresenta nesta trama como apenas um dos espaços privilegiados de enquadramento e gestão desta vida em conflito com as normas. Cenário de intervenções, de tentativas de controle, mas também de negociações, provocações, resistências e de algumas criações de vida. Espaço onde ao longo de quase três anos Xirú empreendeu uma reconstrução narrativa de suas experiências nos trânsitos e capturas institucionais, nos fluxos e movimentos da rua. Neste sentido, o POD Socioeducativo também foi espaço de criação de uma vida por vir. Ao mesmo tempo, é importante afirmar que o programa se constituiu como um território produtor de pontes que conduziram o jovem na direção de outros serviços públicos e instituições alinhadas na rede de promoção e garantia de direitos do município de Porto Alegre. Sendo assim, acompanhando os movimentos de Xirú, este trabalho transitou em contextos institucionais diversos, guardando de cada um deles a singularidade do encontro entre um jovem que tenta reconstruir sua vida e determinadas política públicas.

Ao conectar os inúmeros pontos desta rede, evidencio aqui a importância que nossos deslocamentos pela cidade assumiram na composição da textura subjetiva que dá conteúdo as suas experiências e, por consequência, para a produção deste texto. Foi a partir das atividades socioeducativas, do acompanhamento aos serviços públicos e dos passeios realizados pelo POD em espaços públicos da cidade que pude estabelecer um contato direto com a intensidade que suas experiências de vida evocam junto às ruas, praças, viadutos e marquises do Centro de Porto Alegre. Por meio de nossos deslocamentos, Xirú recuperava memórias de sua relação com estes espaços, me apresentava seus itinerários, suas rotas de fuga, os lugares onde costumava comer, descansar e fumar crack em segurança. Da radicalidade daquilo que viveu e dos efeitos que

ainda permanecem. Em cada canto do Centro havia uma história a ser contada. Mesmo com a nossa desvinculação do POD, mediante a minha demissão e o afastamento de Xirú das atividades do programa, e com a conseqüente dissolução institucional dos lugares de educador e educando, apostamos na possibilidade de aprofundar uma relação de aliança promovendo a construção de outros circuitos de convivência e de produção de vida pela cidade. Continuávamos a percorrer serviços de saúde, assistência, a fazer os temas escolares, frequentamos sessões de cinema, shows de rap, desfiles de escolas de samba e uma série de eventos culturais gratuitos realizados na região central de Porto Alegre.

DESEJO COMO INSPIRAÇÃO, DEVIRES EM MOVIMENTO

Na construção de um referencial analítico voltado para a problematização de um processo de resistência empreendido por uma vida que como veremos teima em se expandir, em movimentos de expansão atravessados por mediações institucionais regulatórias e morais, busquei referência e inspiração na perspectiva afirmativa e produtiva do desejo apresentada por Deleuze e Guattari na obra *O anti-Édipo* (2011). Uma das contribuições centrais dos autores nesse texto, em sua fecunda discussão com a psicanálise, é a afirmação de uma concepção construtivista do desejo, como atividade de constante produção, destacando o regime da “fábrica” como modelo de expressão do inconsciente contemporâneo.

Ao tomarem por referência a noção de que “a produção social é unicamente a própria produção desejante em condições determinadas (...) que o campo social é imediatamente percorrido pelo desejo, que é seu produto historicamente determinado...” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 46), afirmam o desejo como uma formação coletiva, como elemento central de produção que permeia todo o campo social. Neste paradigma é importante reconhecer que não há uma diferença de natureza que reservaria ao desejo uma forma de existência particular, uma realidade mental ou psíquica que se oporia à realidade material da produção social.

A escolha por esta abordagem, ainda que priorize os detalhes dos processos de produção de subjetividades, aquilo que os

autores estabelecem como regime micropolítico, não está dissociada do interesse pelo modo como este plano se cruza com o nível das diferenças sociais macropolíticas. Nesta lógica não há uma oposição distintiva entre estas dimensões, ao contrário, há uma correlação e atravessamento mútuo. De acordo com Guattari e Rolnik (2013), existem múltiplos processos de subjetivação que flutuam constantemente segundo a formação dos agenciamentos e “é nesses agenciamentos que convém apreciar o que são as articulações entre os diferentes níveis de subjetivação e os diferentes níveis de relação de forças molares (macropolíticas)” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 155). Ao longo do período em que acompanhei Xirú pude perceber que, mesmo sendo capturado, subjetivado e confrontado pelos dispositivos de poder, sobretudo em seus atravessamentos estatais, mobilizados através de políticas públicas que investiam diretamente sobre a “gestão de sua conduta” (FOUCAULT, 2008), o jovem produzia rupturas possíveis nestes dispositivos, criava diferentes formas de habitá-los, traçando distintos agenciamentos e planos de composição na produção de seu cotidiano.

A definição afirmativa do desejo aqui apresentada é estratégica na construção deste texto e busca marcar uma postura ativa em relação ao processo de vida que acompanhei. A partir disto, a ideia de apresentar os movimentos da vida de um jovem entre políticas diz respeito às possibilidades da produção desejante no seu encontro com as referidas políticas públicas. Na tentativa de estabelecer uma articulação entre meus interesses de pesquisa e os conceitos de desejo, micropolítica e agenciamento embarco na obra do antropólogo João Biehl (2005, 2008, 2011), buscando nele uma possibilidade de conexão entre o potencial dos conceitos apresentados por Deleuze e Guattari e o corpo de uma antropologia fundada na densidade do trabalho de campo com pessoas. A Antropologia do Devir proposta pelo autor se funda na resposta à seguinte pergunta “*o que está além do Biopoder?*”. O autor responde a questão recorrendo a uma reflexão apresentada por Gilles Deleuze no artigo intitulado “Desejo e Prazer”, onde o filósofo questiona a eficácia do caráter normatizador e constituinte dos dispositivos de poder referidos por Michel Foucault nas obras *Vigiar e punir* e

“*História da sexualidade*”. Ao contrário de Foucault, Deleuze afirma: “ênfatiso a primazia do desejo sobre o poder, as operações destes guardam para mim um efeito repressivo, pois esmagam não o desejo como um dado natural, mas as pontas dos agenciamentos do desejo” (DELEUZE, 1994, p. 4). Neste sentido, na medida em que o desejo agencia o campo social, são os dispositivos de poder que se acham produzidos pelos agenciamentos dos fluxos do desejo.

A partir deste referencial, Biehl anima uma perspectiva antropológica de inspiração deleuzeana que enfatiza o “desejo e o modo humilde, marginal e ‘minoritário’ com que ele abre frestas em campos institucionais rígidos e/ou reificados, as quais se tornam o motor de um devir” (BIEHL, 2008, p. 421). Seguindo a proposta do antropólogo, uma etnografia atenta aos “devires humanos” nos permitiria reconhecer as microdinâmicas de vidas que instituem novas maneiras de pensar e estabelecer relações, criando rasgos e aberturas nas macrorrealidades biopolíticas que constroem trajetórias.

Biehl reconhece que os sistemas que capturam os sujeitos nunca são absolutos e que, por serem sociais, são mais complexos, mais confusos do que imaginamos. Sendo assim, os sistemas estatais estão sempre sendo refeitos a partir de sua interação com realidades, com contextos e com a vida das pessoas. Logo, resumir a analítica antropológica unicamente aos sistemas e estruturas não permitiria compreender aquilo que permeia e anima uma ciência feita junto às pessoas, aos afetos e às relações.

O desenvolvimento de uma escrita etnográfica apoiada neste horizonte reserva um lugar especial para a singularidade da trajetória de um jovem imerso na densidade de tramas relacionais e sociopolíticas específicas. Vivendo parte considerável de sua vida entre as aberturas e vazamentos de campos sociais múltiplos, Xirú produziu escapes, resistências e alianças pelas instituições e serviços por onde passou. É desafiando a metafísica das políticas de intervenção e seus efeitos determinísticos sobre os sujeitos, problematizando as capturas e resistências em ato, que a etnografia complexifica constantemente as tentativas de homogeneizar ou de circunscrever as pessoas, o campo social e teórico, trazendo

à luz o dinamismo e a incompletude da política e da cidadania em construção.

ENTRE MÉTODOS E AFETOS

A intensidade das experiências vividas ao longo de três anos mobilizou os afetos necessários para a produção de uma pesquisa engajada no cruzamento de dimensões profissionais, éticas e políticas. Condições estas que me posicionavam num lugar de fronteira, entre pesquisa e trabalho, afinal de contas, ocupando a posição de educador me transformava num dos privilegiados operadores dos processos de subjetivação que procurava investigar. Neste sentido, procuro explorar os desafios e a potência do encontro entre o fazer antropológico e a socioeducação comprometidos com a situação do sujeito participante da pesquisa. Manifesto assim o desejo de produzir um texto a partir do engajamento e do compromisso de um antropólogo e educador que pesquisa, milita e problematiza as práticas do espaço onde atua. É na experimentação deste encontro que pretendo afirmar a perspectiva de uma pesquisa-intervenção voltada para a produção de novas subjetivações e orientada por uma ética dos afetos.

Assumi a posição de educador num dos momentos mais delicados da vida de Xirú. Ele havia passado quase um ano inteiro hospitalizado. Inicialmente no Hospital Cristo Redentor, onde permaneceu meses algemado na cama e, depois, na enfermaria da Fase/RS para onde retornou em cumprimento de medida socioeducativa. Com a extinção desta medida, ainda sem poder caminhar e executar tarefas básicas, o jovem finalmente retornou para a casa de sua família. Paralelamente a este retorno a equipe do POD estabelecia um acompanhamento possível a estas circunstâncias. Visitas semanais eram realizadas em sua casa. Quinzenalmente ele era levado de carro até a instituição para almoçar e passar o dia. Neste período também houve inúmeros encaminhamentos junto à Previdência Social e clínicas de fisioterapia. Seu retorno para o POD foi encarado como um grande desafio. Desafio para ambos. Xirú era desafiado a reconstruir sua vida a partir de uma história e de um corpo fragmentados e o POD, por sua vez, a realizar um acompanhamento psicossocial em diálogo com a singularidade deste jovem.

Por meio das atividades do programa conheci a complexidade de suas experiências. Falava de maneira fragmentada das vezes em que foi preso, internado para desintoxicação, do período em que morou nas ruas. Desta forma, fui envolvido numa complexa trama subjetiva. A intensidade de sua resistência revelava uma singular potência de vida. Carregando as marcas irreversíveis da violência urbana no corpo, Xirú lutava contra a morte social buscando possibilidades de reconhecimento e maneiras de resistir, “às vezes retrabalhando e sublimando aflições e constrangimentos” (BIEHL, 2011, p. 274). Seu passado acabava sendo revirado através de minhas perguntas e talvez algumas coisas dali ainda o machucassem. Silêncios profundos narravam os acontecimentos marcados em sua pele. Sem tatuagens ostentava várias marcas pelo corpo. Um mapa de cicatrizes.

Na articulação de um processo metodológico capaz de acompanhar os movimentos de uma vida entre políticas, de um corpo e de uma subjetividade em permanente deslocamento, segui a proposição de Biehl (2005, 2008) em torno da realização de uma “etnografia de uma única pessoa” em conexão com o paradigma cartográfico das subjetividades (BIEHL, 2008; GOLDMAN, 2003; MEJÍA, 2015). Neste caminho procurei registrar a composição criativa de seus agenciamentos realizando uma “cartografia de territórios existenciais reais e/ou em vias de existir” (GOLDMAN, 2008, p. 3). Frente a todo o tipo de desafios impostos por seu passado, provocamos as possibilidades de futuro em seus enredamentos com as políticas públicas.

Na concepção cartográfica da subjetividade o material que a compõe se encontra no próprio processo do devir, “naqueles esforços individuais e coletivos de afrouxar e relativizar, na medida do possível, os marcadores e controles e violências estruturais, alcançando assim uma imanência, o poder do impessoal, uma vida” (BIEHL, 2008, p. 422). Segundo o autor,

(...) podemos estudar a subjetividade como aquilo que excede e escapa, o que não pode ser fixado por uma norma ou numa forma. A subjetividade está entre formas dadas e a sua temporalidade é a do entrementes. (...). Ao enfatizar os potenciais criativos e antecipatórios do desejo (mesmo em contextos de enorme violência e escassez), as maneiras em que os campos sociais constantemente

“escapam” e transformam (através ou a despeito de mecanismos de saber e poder), e a natureza plástica da subjetividade, Deleuze – (...) – se empresta a inspirar esforços etnográficos abertos ao dinamismo da vida cotidiana e a literalidade e singularidade do vir-a-ser. (BIEHL, 2008, p. 422)

O modo como Xirú pretendia reconstruir sua vida provocava tensões nas políticas. O registro moral operado no cotidiano POD se confrontava com as ambições e com a existência concreta do jovem. Disposto a ampliar seus repertórios de vida, Xirú não estava sujeito a se tornar uma “vítima” do “sistema” e a sofrer na mão do “governo”. Mesmo vinculado ao POD, desafiava a narrativa do programa questionando as reais condições de “reinserção social” que se apresentavam. Haveria de fato oportunidades e direitos? Como as instituições, serviços públicos e demais espaços se relacionariam com seu modo de ser? Xirú, mais do que qualquer outro, possuía uma larga experiência nas tramas institucionais, conhecia boa parte de seus discursos e práticas, o que lhe deixava num estado de atenção permanente. O ceticismo do jovem frente a uma anunciada materialização dos direitos e das oportunidades operada pelo POD produziu em mim uma experiência similar àquela narrada por Márcio Goldman em sua etnografia sobre participação política do movimento negro em Ilhéus, estado da Bahia. Segundo o antropólogo, “quais seriam, então, os efeitos de uma inversão de natureza – quando nossos informantes se mostram céticos e os antropólogos mais ou menos crédulos, (...) – para o estudo de instituições, valores ou processos que o antropólogo considera centrais em sua própria sociedade?” (GOLDMAN, 2003, p. 468).

Xirú desconfiava da capacidade das políticas públicas em promover transformações substanciais na sua vida para além das relações de controle e violência a que sempre foi exposto. Ainda assim, estava agora muito mais inclinado a negociar sua adesão a elas do que em outros momentos. Por outro lado, mesmo depois da radicalidade dos incidentes que vivenciou, o mundo do crime continuava a habitar possibilidades concretas de dar continuidade a sua trajetória. Desde uma perspectiva antropológica, a experiência de vida de Xirú, no que diz respeito aos efeitos dos diferentes modos de operação das

máquinas produtoras de subjetivação *Estado e Crime*, se revela mais complexa e imprevisível. Ela permitiu que eu problematizasse a partir de sua trajetória a convicção que muitos de nós temos, sobretudo daqueles que atuam dentro do campo de atenção à criança e ao adolescente, nas efetivas ações de Estado para a proteção e garantia de direitos. As experiências compartilhadas por Xirú provocaram-me a problematizar não só os fragmentos de seu passado de interações e fugas, assim como de seu presente sob o *status* institucional de egresso do sistema socioeducativo, mas, sobretudo, o modo como Xirú reinventou seu cotidiano através de agenciamentos múltiplos, das possibilidades de seu vir a ser em seu diálogo com o Estado e com o Crime. Desejo e agência na expansão de uma vida sobrevivente.

No fluxo entre políticas, percebi o modo como Xirú operava uma complexa bricolagem de vida (BIEHL, 2011) a partir do uso das categorias e classificações produzidas pelo conjunto das políticas públicas, de modo a flexibilizá-las na composição de suas relações cotidianas. Neste movimento, o jovem criava espaços por entre as classificações e aparatos de controle estatal desfazendo formas de subjetivação e territorializações de poder indesejadas. Na tentativa de redefinir este emaranhado de linhas Xirú manifestava a potência e a singularidade de seus agenciamentos. Criava pequenas possibilidades de liberdade e resistência. Linhas de fuga. Afirmava sua existência de forma provocativa.

Uma postura de abertura característica dos trabalhos etnográficos permitiu que eu explorasse, a partir da inserção de Xirú em múltiplos contextos institucionais, mas também nos demais circuitos por onde transitou, duas categorias frequentemente mobilizadas por ele em suas interações. Inicialmente forjadas a partir de suas experimentações e vivências relacionadas ao mundo do crime elas são recuperadas, articuladas e utilizadas como formas de reflexão crítica e de reação ao que chama de governo. São as categorias vítima e veneno. Nos cálculos do jovem elas assumem a seguinte fórmula, “são necessárias doses de veneno para não se tornar uma vítima dos vagabundos e do governo”.

A presença das categorias veneno e vítima pode ser referida a três diferentes momentos do acompanhamento psicossocial e da produção etnográfica que realizei com o jovem. O primeiro deles

remete ao início de nossa trajetória, o que compreende principalmente ao primeiro ano da realização do trabalho de campo. Período em que Xirú retorna ao POD e aprende a conviver com a paralisia que compromete todo o lado esquerdo do seu corpo. Momento em que buscava recolher os fragmentos dispersos de sua existência, onde procurava recompor uma identidade e dar sentido a sua vida. Neste período, suas experiências relacionadas ao mundo do crime foram essenciais na afirmação da enunciação, “Eu SOU o crime”. Sobrevivendo a um incidente que produziu limitações profundas em seu corpo havia a necessidade de afirmar o seu “veneno”.

Num segundo momento, referente ao segundo ano de pesquisa, período em que Xirú participava de cursos de formação profissional no POD, realizava tratamentos de saúde, frequentava a escola, ou seja, acessava e permanecia integrado junto destas políticas estatais, quando a gramática dos direitos adquiria materialidade e reduzia o seu “veneno”, ele disparou a seguinte pergunta enquanto se deslocava para mais um dia de aula: “Seu, eu pareço uma vítima?”.

Por fim, o terceiro e último momento de articulação destas categorias afirma sua crítica ao “governo”. Ela coincide com o terceiro ano do trabalho de campo, período em que Xirú é afastado destas políticas a partir de um conjunto de avaliações morais relacionadas ao seu passado e sua conduta. Um processo de produção de cidadania em ato acaba interrompido. Estávamos sentados na escadaria em frente à prefeitura no Centro da cidade depois de um longo dia de peregrinação por escolas atrás de uma vaga para sua matrícula, quando Xirú declara, “Seu, o governo tá me levando pro crime”. Diante de todas as dificuldades que enfrentava neste período, sobretudo aquelas relacionadas à escassez de recursos simbólicos e econômicos, quando via suas potências diminuídas, o jovem percebia o fortalecimento de um velho conhecido campo de forças fomentando o aumento do seu “veneno”. Durante todo o período em que produzi meu acompanhamento etnográfico, o “crime” sempre se apresentou como uma instituição permanentemente disposta a recebê-lo, a ressignificar sua existência, sobretudo nos períodos em que as políticas públicas estatais se retiravam de cena.

“EU SOU O CRIME”

Na função de educador social de POD tive contato com a história de um sujeito que passou grande parte de sua trajetória exposto às mais diversas estratégias de governo e de capturas políticas. Em sua existência insurgente percorreu as interfaces das tecnologias, saberes e práticas contemporâneas constituídas para gerenciar determinados modos de vida. Seu percurso se deu no entre, num processo constante de frequentes institucionalizações e desinstitucionalizações. Na manutenção deste corpo incidiram os mais variados investimentos biopolíticos, parte deles inclinados a prolongar sua existência e outros determinados a eliminar a potência que permaneceu latente. Na gestão dos seus fragmentos, não faltaram políticas, aliás, elas até sobraram. A gestão de uma vida fragmentada por fragmentos de política.

O personagem principal desta trama habitou as mais diferentes políticas públicas e projetos sociais existentes para crianças e adolescentes na cidade de Porto Alegre na última década. Todas elas endereçadas a ordenar uma suposta precariedade governável e passível de correções morais. Assim ele foi crescendo até chegar à maioridade, sendo conduzido de um espaço para o outro, de um serviço para o outro, fugindo sempre que possível. Suas fugas o conduziam para as ruas do Centro da cidade e suas adjacências.

Xirú havia frequentado o POD com 15 anos de idade. Em seu retorno, já com 19 anos, experimentava a política de forma diferente. Ainda que de maneira conturbada e por vezes até conflitiva ele permanecia como o jovem mais frequente no programa. Sua presença era tão constante que até mesmo nos dias em que não havia atividades ele se fazia presente. Nessas oportunidades exercitávamos o diálogo, realizávamos temas escolares e atividades experimentais. O tom da relação permitiu que suas narrativas saíssem do lugar comum reproduzido pela maioria dos adolescentes.

Diário de vida/dezembro de 2013

“Como de costume, no início de todas as tardes eu procurava organizar as listas de chamada do dia anterior rastreando aqueles educandos que a pelo menos três dias não compareciam ao POD. Com os nomes e contatos em mãos iniciei as ligações por um jovem

que havia sido inscrito no POD ainda no início daquela semana. Mal conhecemos ‘Giletinho’. Em seu primeiro (e único) dia no programa chamou a atenção por sua aparência e postura. Oriundo do CSE (unidade reservada para jovens adultos de perfil “agravado”), tinha 20 anos de idade, era branco e cursava o ensino médio, aspectos que já o diferenciavam do grande grupo de adolescentes que naquele momento participavam do acompanhamento. Extremamente educado, demonstrou interesse em participar do curso de mecânica automotiva pelo turno da manhã, trabalharia com familiares no turno da tarde e daria sequência aos estudos à noite. Realizou acolhimento com os psicólogos, foi apresentado aos demais jovens e participou do final da oficina de artesanato. Após a distribuição do lanche se despediu e partiu com os novos colegas rumo ao Centro. Pois bem, realizei a ligação para ‘Giletinho’ e fui informado pela irmã do jovem que ele havia sido assassinado na noite anterior dentro de sua casa com três ‘balas na cara...’. No dia seguinte em conversa com Xirú comuniquei o incidente, deixando-o em estado de choque. ‘Eu podia ter morrido junto Seu...’, disse. ‘Como assim, tu era amigo dele? Tu nem mora no mesmo bairro...’, questionei. ‘O Seu, o Giletinho me chamou para assumir uma boca pra ele lá na Vila que ele mora... Como eu tô sempre caído eu disse que ia lá ver qual era... Olha pra mim Seu... Deficiente... Quem vai me dar um emprego? E não foi só com ele... Todo dia quando saio de casa me chamam de volta... Eles sabem que minha vida foi o crime... Eu preciso fazer alguma coisa rápido... Tô me envenenando de novo...’.”

Como equipe de trabalho não tínhamos noção da complexidade das situações que Xirú (e Giletinho) enfrentava. A reorganização de sua existência era marcada por uma profunda sensação de invisibilidade. Em diferentes momentos de um mesmo dia afirmava, “Quero fazer um curso, estudar e trabalhar”, logo depois, quando se deparava com a tensão provocada por alguma regra ou burocracia institucional reagia, “Eu sou o crime Seu...”. Em períodos de instabilidades mais evidentes o programa assumia maior importância

em seu cotidiano. Enquanto muitos jovens desistiam do acompanhamento, outros eram assassinados e alguns novamente presos, Xirú permanecia vivendo o POD ao seu modo.

No desafio de reconstruir sua vida após o evento crítico marcado pela tentativa de homicídio, período em que seu corpo e subjetividade foram estilhaçados, em que a ação de educadores e técnicos sociais o reconduziram para dentro do POD, foi buscando evitar um mergulho terrível na sensação de desorientação que a enunciação “Eu sou o crime” foi capaz de produzir novos velhos sentidos nesta vida jovem. Foi a partir dos agenciamentos das matérias de expressão produzidas nos encontros da vida que Xirú foi juntando os pedaços dispersos de sua existência na constituição de um território de vida possível, de uma cristalização existencial (ROLNIK, 2011, p. 33).

A afirmação da máscara “Eu sou o crime” marca a luta de Xirú contra a intolerável posição de “vítima” que nesse momento lhe era atribuída. “Vítima” dos processos macroeconômicos e sociais, das violações dos direitos fundamentais e humanos e da violência urbana extrema. Neste trabalho, a noção de “vítima” prontamente recusada por Xirú se aproxima daquela registrada por Dassi (2010) em sua etnografia com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, casos em que a “vítima” era considerada um “não sujeito, ao deixar que sua agência fosse anulada por completo” (DASSI, p. 164).

No entendimento de Xirú, a figura da “vítima” ocuparia o polo fragilizado numa relação social. Seria esta a postura daqueles sujeitos que se curvam e padecem frente às dificuldades impostas pela vida. Logo, haveria nela um componente de conformidade e aceitação das condições de existência entendidas como injustas. “Vítimas” seriam sujeitos submetidos que figuram como os “oprimidos do sistema”, indivíduos que assumem uma posição de vulnerabilidade. Tal figura é constituída em oposição à do “crime”, nomeação esta também expressa através de variações como “malandro”, “vagabundo” e, de forma menos utilizada, “bandido” e “criminoso”. No entanto, é importante perceber que em casos específicos um sujeito enquadrado como “vítima” pode se tornar um “malandro”, o que assegura o caráter relacio-

nal do encontro. Ele se manifesta quando, numa determinada situação de risco, uma potencial “vítima” consegue desviar ou se desvencilhar da ação de um “malandro”. A título de exemplo, Xirú narrou episódios em que foi posicionado como “vítima”, tornando-se alvo do “veneno” de sujeitos do “crime”, casos em que precisou afirmar o seu “veneno” de modo a antecipar ou desenrolar determinada situação de risco. Em casos como este o “veneno” age como uma substância que aciona a malandragem do sujeito a ponto de, em níveis elevados, atuar na composição das figuras ligadas ao “crime”, o “malandro”, o “vagabundo” e seus derivados.

Em um momento de profunda fragilidade física e subjetiva, de reestruturação necessária de sua vida, Xirú buscou fortalecimento elevando o seu “veneno” dentro do POD, única política pública que acessava no período. Tal postura gerava um curto-circuito nesta relação. Portando um corpo fraturado pela violência extrema, o jovem produzia um território existencial possível, mesmo sendo este a cartografia que habitara recentemente. Para espanto da equipe do programa, Xirú afirmava um retorno ao “crime” enquanto possibilidade.

De um lado, o programa acionava uma “linguagem dos direitos”, procurando inscrevê-lo em espaços de garantia à educação, saúde e assistência ao mesmo tempo que realizava atividades socioeducativas diversas articuladas em torno do modelo de oficinas, operando um “investimento na educação de seus sentidos e sensibilidades para o autocontrole e transformação da vida” (FONSECA; JARDIM; SCHUCH; MACHADO, 2016, p. 15). As linhas de subjetivação operadas pelo POD também acionavam conjuntos de preceitos morais ligados a modelos de vida segura e saudável, procurando de maneira sutil corrigir o seu comportamento. De outro lado, Xirú expressava uma “gramática das urgências” (LEMÕES, 2017) expondo as imensas dificuldades sociais e simbólicas que enfrentava em seu cotidiano junto de uma profunda desconfiança em relação às possibilidades de vida abertas pelas referidas políticas públicas. Na exposição de seu corpo e na resistência em se deixar capturar totalmente pelo aparato institucional Xirú evidenciava as marcas de uma trajetória de violações estatais.

Em meio a esta trama, para não se tornar uma “vítima” nas mãos hostis do “governo” e dos demais “malandros” e “vagabundos”, era necessário se “envenenar”.

“SEU, EU PAREÇO UMA VÍTIMA?”

Mergulhado neste complexo cenário Xirú construía uma relação singular com a política pública. Vivia o POD ao seu modo. Recusava determinadas intervenções e atravessamentos sobre sua vida criando resistências entre as fissuras do programa. No entanto, a convivência diária articulada ao trabalho socioeducativo da equipe construiu canais de diálogo para a criação de novas possibilidades de vida. Com o passar dos meses Xirú solicitou sua inclusão na escola. Tempos depois surgiu a oportunidade de realizar um curso de iniciação profissional e intensificar sua reabilitação física. Tais movimentos marcam o deslocamento da sua antiga cartografia e a passagem para o segundo cenário aqui descrito como “Seu, eu pareço uma vítima?”.

Neste período, seu reencontro com um conjunto de políticas públicas foi marcado pelo efeito de novas experimentações. Ao lado do POD, a escola se tornou um importante espaço de aprendizagem, de acolhimento e de produção afetiva. De maneira geral, Xirú experimentou os efeitos de um período de permanência e continuidade junto às políticas públicas que também se modificaram para acolhê-lo em sua singularidade. Em meio a complexas tramas institucionais havia professores, educadores, técnicos em enfermagem que acreditavam na necessidade de transformação de seus espaços de atuação, de modo a conseguir dialogar com os usuários dos serviços públicos em sua diversidade. Assim o jovem pode vivenciar outras formas de estar no mundo.

Diário de vida/dezembro de 2014

“A Escola Municipal de Ensino Fundamental Chico Mendes havia se transformado ao longo deste ano num importante espaço de convivência e circulação para o jovem dentro de sua comunidade. Xirú passou a mobilizar grande parte de sua rotina em torno de atividades ligadas ao universo escolar. ‘Escola de favela é sereno

pro cara estudar, não tem playboy... Mas no começo fiquei com vergonha porque tu encontra todo mundo que mora na Vila... De tarde eu dou uma descansada, tomo um banho, pego o tênis do meu irmão emprestado e vou na aula... Preciso me arrumar pra ver as gurias Seu... Lá na Chico Mendes tem professores e uns colegas que me ajudam a copiar a matéria, deixam eu sentar bem na frente para enxergar melhor o quadro, lá eu também janto e depois tem lanche no intervalo... O rango é muito bom Seu... Quando salto de cena e vou pra casa encontro os guris na boca, troco uma ideia com eles e depois sigo...’.

O ano letivo se aproxima do fim e a família de Xirú recebe uma ordem de despejo. A decisão de sua mãe em se deslocar para a zona sul da cidade com os irmãos menores determina que ele procure um novo espaço para morar. ‘Eu não vou me mudar pra lá Seu... Eu tô quase me formando agora... A minha Vila é aqui... Eu não sei como é o crime de lá... Aqui eu conheço todo mundo e todo mundo me conhece...’. Nesse delicado período Xirú passa a morar na casa de um amigo envolvido com o comércio local de drogas. Ele afirma que não há perigo em permanecer naquele espaço... Armas e drogas ficam distribuídas em outras casas na região. Sua decisão preocupa. A equipe se disponibiliza em procurar uma peça para que ele possa permanecer até o término do ano letivo. ‘O cara é meu amigo de infância Seu... Vai me cobrar 250 por mês e vai me ajudar na comida... Vou lá só dormir mesmo...’.

Com naturalidade Xirú interrompe repentinamente sua narrativa e vibra ao recordar do último passeio organizado pela escola: ‘Ô Seu, preciso te contar... Minha turma conheceu os Territórios Negros de Porto Alegre com um ônibus da prefeitura. Chegamos no Quilombo do Areal da Baronesa e entramos na casa do Barão, fomos na Praça do Tambor onde os escravos eram enforcados e depois no Mercado Público onde ficam as Sete Chaves do Bará...’.

Passadas as avaliações finais haveria uma nova formatura. Xirú concluía o ensino fundamental e estava decidido a continuar seus estudos. O processo de vida em curso havia produzido um estudante. Um devir-estudante. A direção da Chico Mendes encaminhou sua matrícula para a Escola Estadual Anne Frank localizada no tradicional bairro Bom Fim, área central da cidade. Xirú passa

o Natal e o Ano Novo junto de sua família. Recebe um convite para retornar e aceita. Momento preciso, pois o amigo acabaria sendo preso poucas semanas depois.

O início do ensino médio marcou também a criação de um novo espaço de estudo. Reinventamos nossos itinerários pela cidade. Criamos um anexo à escola. Sentados em frente ao Auditório Araújo Vianna respondíamos às questões de seu tema de Sociologia sobre o filme *12 Anos de Escravidão*. A nova matéria escolar o conquistava a cada encontro. Na impossibilidade de assistir ao filme, me dispus a narrar o essencial da trama pra que Xirú pudesse anotar os pontos que acreditava serem interessantes. O Parque da Redenção é um grande campo de forças. Atrai os mais diversos tipos de sujeitos. O comerciante local de maconha nos observa à distância. Concluímos a lição e convido Xirú para comer um pastel antes da aula. Andávamos pela calçada quando Xirú fez a pergunta emblemática, ‘Seu, eu pareço uma vítima?’. ‘Como assim?’, perguntei. ‘Não sei Seu... É estranho... Tá tudo dando certo na minha vida... Acho que tô ficando parecido com os caras que eu assaltava antes... Andando bem-vestido, estudando, trabalhando... Tô até num colégio de playboy... Eu tava morando dentro de uma boca e não me embolei com os caras!’. Antes mesmo de sua pergunta vir à tona minha compreensão investia, ainda que de modo intuitivo, no conjunto de transformações que o jovem experimentava. Para além das roupas seminovas que usava, presente da assistente social do POD, Xirú percebia naquele momento o profundo movimento operado por sua subjetividade, produzia assim uma importante reflexão em torno do que estava vivendo naquele período de acesso às políticas públicas. O afeto produzido em seu encontro com a escola tornou-se a força que impulsionava a transformação de sua experiência com o mundo. Xirú produzia variações de si.”

No processo de experimentação de novas possibilidades de vida, os movimentos da produção desejante ganhavam outras matérias de expressão, novas máscaras condutoras de

intensidades passaram a delinear sua existência de modo a compor um novo plano de consistência para os seus afetos. Na passagem da enunciação que centraliza o “crime” para a enunciação que marca a presença de um “estudante”, Xirú passa por um processo de desterritorialização no qual os efeitos de subjetivação operados pelas políticas públicas produziam novos afetos e sentidos. No movimento que institui a formação de uma nova versão de si ocorreu a dissolução parcial de sua antiga cartografia acompanhada da montagem de um novo território psicossocial, uma subjetividade em pleno movimento apontava para a formação de um “estudante”. “Eu vou concluir o ensino fundamental e depois o médio, quero ver todo mundo na minha formatura”, desejava.

Neste período, políticas públicas garantiam as condições de vida que permitiram uma considerável diminuição de seu “veneno”. Xirú frequentava o curso de formação profissional em padaria recebendo uma bolsa-auxílio no valor de meio salário mínimo (o que não impedia o recebimento de seu BPC), participava das oficinas e passeios do POD (mesmo sem haver obrigatoriedade), fazia seus temas escolares e consultas à internet na sala de trabalho da equipe técnica, realizava consultas médicas e tratamento dentário em Unidades Básicas de Saúde, adquirindo medicamentos de forma quase sempre gratuita, realizou uma pequena cirurgia em função da lesão no olho em hospital especializado (pelo SUS), concluiu o ensino fundamental e se encaminhou para o ensino médio numa tradicional escola pública da cidade, deu continuidade à fisioterapia, fazia suas refeições na escola e no POD... Foi em meio a estes acontecimentos marcantes que Xirú proferiu a enunciação “Seu, eu pareço uma vítima?”.

Depois de acessar e permanecer vinculado às tecnologias de educação, saúde e assistência provou uma série de transformações concretas em sua trajetória. Ampliou suas potências de vida. Dizia-se feliz ao mesmo tempo que estranhava aquela nova configuração de vida. Chamou a atenção para estas transformações estabelecendo uma aproximação entre a posição de “estudante” e a figura da “vítima”. De maneira geral, Xirú entendia que os “estudantes”, por terem uma vida tranquila e por não precisarem andar “envenenados” na rua, poderiam se tornar “vítimas” dos “malandros”.

Neste sentido, é possível dizer que Xirú nunca se adaptou plenamente aos disciplinamentos e rigores institucionais. O desejo estatal de capturar e sedentarizar suas forças não se efetivou de maneira plena. Acessando cada política pública, o jovem produzia novos territórios, aderira a algumas medidas enquanto rejeitava outras. Assim, continuava criando conflitos e tensões nos espaços por onde circulava, conquistando simpatias e inimizades. No entanto, num cenário em que o Estado reduziu suas intervenções violentas (policiais e de encarceramento) havia um conjunto de outras forças sociais que impediam o descolamento absoluto da velha cartografia relacionada ao “crime”. Ainda era necessário manter uma pequena dose de “veneno” para sobreviver às relações da rua, sobretudo quando se confrontava com os “malandros”. Seria um “estudante”, mas não uma “vítima”. A dose adequada de “veneno” foi manifesta no período em que, mesmo vivendo dentro de uma boca de fumo, após o despejo e a mudança de sua família para a zona sul, se manteve afastado do “crime”.

“O GOVERNO TÁ ME LEVANDO PRO CRIME”

Contudo, diferentes deslocamentos políticos e atravessamentos morais dissolveram esta curta experiência cidadã dando lugar ao terceiro cenário aqui descrito como “O governo tá me levando pro crime”. Nele ocorre uma ruptura gradativa com as instituições e espaços de garantia de direitos que anteriormente acolhiam as demandas de Xirú sob o pretexto de um suposto envolvimento com o “crime”. Neste processo, foi possível perceber a atuação de mecanismos de avaliação moral fundados sobre uma noção difusa de “irrecuperabilidade” associada a uma “inevitável reincidência” que acometeria sua trajetória.

A gradual ruptura teve seu episódio inicial e mais radical na decisão que determinou o afastamento e exclusão do jovem da instituição que operava duas políticas centrais no processo de reestruturação de sua trajetória, o POD Socioeducativo e o Programa Jovem Aprendiz. Num mesmo movimento Xirú perdia a política de acompanhamento psicossocial aqui caracterizada como um importante canal de acesso às demais políticas públicas e o

Programa Jovem Aprendiz, que além de formação profissional ainda garantia um significativo incremento de renda.

Ancorado numa desconfiança permanente sobre sua conduta, o mecanismo de avaliação moral acionado pelo grupo de conselheiros/gestores da instituição estabeleceu uma correlação direta entre comportamentos tidos como inadequados, situando aqui o fato de Xirú tensionar determinadas regras institucionais, seu histórico vinculado ao cometimento de atos infracionais e a cena de consumo coletivo de maconha nos arredores da instituição, resultando desta combinação a certeza de que o jovem seria o líder de uma “boca de fumo”.

Diário de vida/abril de 2015

“Enquanto apresentávamos o filme *Falcão Meninos do tráfico* para o grupo de educandos do POD, em meio ao caos produzido por alguns jovens que se recusavam a participar da atividade, Xirú circulava pelo pátio contando aos funcionários que encontrava pelo caminho o quanto havia sido injustiçado. Neste mesmo dia uma das colegas da equipe técnica do programa descobriu que o Conselho havia solicitado a presença de uma viatura da Polícia Militar para revistar os jovens dentro da instituição. Se colocando radicalmente contra aquela medida de criminalização fez com que os conselheiros recuassem em sua decisão. No entanto, o pedido de revista dos educandos do POD na rua seria mantido. Ao saber disto fomos até o refeitório onde apenas Xirú ainda almoçava. Sem hesitar o informamos que naquele dia haveria uma abordagem policial na rua e que ele seria um dos alvos. Xirú afirmou com tranquilidade que estava com a ‘consciência limpa’. Perguntou ainda se estaria em pé nosso compromisso em procurar alguma vaga de estágio no Centro da cidade pelo turno da tarde. Almoçou e partiu. Passadas algumas horas Xirú não apareceu em nosso ponto de encontro.

Em meio à multidão de pessoas circulando na Avenida Borges de Medeiros, avistei dois meninos que haviam participado da atividade do POD no turno da manhã. Disseram que viram Xirú sendo abordado pela Polícia Militar junto de Erwin e Edson no trajeto até a parada de ônibus. Não pararam para ver o desfecho com receio

de serem também abordados. Fiquei extremamente preocupado com o que poderia ter acontecido e dali me desloquei até a escola Anne Frank. Não acontecendo algo pior, Xirú certamente iria à aula no final da tarde. Aguardei por mais de uma hora na porta da escola até perceber a sua aproximação. Ao me avistar de longe grita, ‘Qual vai ser Seu?!’. Aparentemente estava bem. Disse que fiquei preocupado com o incidente envolvendo a polícia. Ele me interrompe e diz... ‘Ô Seu, os policiais desceram armados de fuzil para revistar a gente, eles queriam saber quem era o ‘manquinho’ que estava traficando na (rua) Aracaju e disseram que foi o diretor (citou o nome) da instituição que me acusou e fez a denúncia’. Disse ainda que foi ameaçado de tomar uns tapas e que ‘não era mais aluno da instituição’, sendo assim, não deveria mais andar por ali. Xirú comentou que os policiais se ‘encarnaram’ depois de perceberem que ele não conseguia colocar uma das mãos na cabeça no momento da revista, sendo aí identificado como o ‘manco’, líder do grupo. Características estas informadas pelo próprio diretor. Contava a história com a emoção de quem revivia aquele momento cheio de intensidade. Em seguida ficou abatido e disse que não iria mais ao POD, havia sido humilhado na frente de crianças e demais educandos, havia sido ‘corrido’ da instituição. Disse isto e entrou rapidamente na escola para não perder a janta.

Na manhã seguinte, Xirú se encontra parado aguardando a abertura dos portões com os demais educandos do POD. Sempre que chegava à instituição éramos informados pelo porteiro. Ele não impedia a sua entrada, nem nós. Nesta oportunidade, Xirú veio retirar sua carteira de trabalho. Nestes dias minha maior preocupação se dava em torno de um possível reencontro entre ele e o diretor-geral. O que de fato aconteceu. Andávamos pelo pátio quando o tal diretor surge caminhando em nossa direção. Não era mais possível desviar o rumo. Xirú permaneceu andando, esperando a aproximação daquele que havia proibido a sua presença. Ficamos tensos. O que poderia acontecer? A tão anunciada ‘facada’ prometida no dia da abordagem policial? O diretor esboça um sorriso e estende a mão para Xirú na forma de um cumprimento. De maneira surpreendente o jovem vira o rosto e não oferece sua mão. Recusa o gesto. Neste instante seu rosto demonstrou

o prazer de uma pequena vingança, de uma vitória simbólica. Visivelmente constrangido o diretor segue seu caminho. De forma inabalável o jovem diz, ‘O cara me fode e quer me cumprimentar depois...’.”

O argumento central desta decisão destacou as inúmeras oportunidades que Xirú recebeu para mudar os rumos de sua vida e o quanto insistia numa mesma opção. Para agravar o quadro ainda foi acusado de tomar como cenário de suas supostas práticas ilícitas os arredores da instituição que abriu as portas para recebê-lo num momento de recuperação. Como consequência disso foi afastado dos projetos e do convívio com os demais educandos, acreditando-se que tal relação de proximidade poderia produzir uma espécie de contágio sobre os demais.

Deste episódio em diante uma série de outras rupturas marcaram a presença de mecanismos de exclusão que expuseram os regimes morais intrínsecos à execução das políticas públicas. Na escola de ensino médio Anne Frank, enquanto recebia atendimento especializado na sala de recursos pedagógicos e experimentava atividades adaptadas pela professora de artes, também encontrava resistência da parte de outros professores que o consideravam um “proveitador”, utilizando-se de suas dificuldades físicas e de sua “malandragem” para obter vantagens. Na clínica de fisioterapia, onde recebeu atendimento de diversas especialidades médicas, foi classificado como “jovem problemático” e de “difícil adesão ao tratamento”, o que resultava na redução das atividades e do tempo de acompanhamento quando comparado aos demais usuários do serviço.

Nas três instituições citadas questões relacionadas ao seu antigo envolvimento com o “crime” produziam efeitos no presente, sobretudo quando associadas ao seu comportamento e ao consumo de maconha, impactando de forma decisiva na materialização de seus direitos. Tais espaços exigiam a modulação de seu comportamento aos padrões institucionais desconsiderando as situações concretas que o jovem enfrentava no cotidiano

de sua vida traduzidas na necessidade permanente de dosar o “veneno” para garantir a sua sobrevivência.

Junto aos aspectos de ordem moral, que atuaram de modo a fragilizar a permanência de Xirú nos espaços de educação e saúde, é de fundamental importância associar este movimento aos mecanismos macropolíticos e econômicos de precarização extrema dos serviços públicos oferecidos aos mais pobres. De forma radical, Xirú experimentou os efeitos deste processo em sua tentativa de retorno ao ensino médio depois da evasão escolar que empreendeu em junho de 2016. Até o final desta etnografia não havia uma escola estadual na zona norte e no Centro de Porto Alegre adequada ao atendimento das demandas de Xirú. Circulávamos pela cidade em busca da referida vaga sem encontrar respostas.

De forma paralela houve o agravamento da infecção de seu olho direito acompanhada da impossibilidade de aquisição dos medicamentos nas farmácias públicas municipais, a este tempo completamente esvaziadas. Os medicamentos anticonvulsivos que o jovem administrava desde o incidente do tiro também estavam em falta.

Diário de vida/agosto de 2016

“Xirú narrava em diferentes momentos de nossos encontros o quanto as condições precárias de vida ‘envenenam’ os sujeitos, levando-os para o crime. Nestes casos o ‘governo’ era o principal responsável. Nossos percursos à procura de tratamentos de saúde expunham esta situação de forma extrema.

Mesmo tendo feito uma pequena cirurgia para reduzir a abertura da pálpebra direita, o olho de Xirú continuava apresentando infecções constantes. Segundo o oftalmologista do Hospital Banco de Olhos, o tiro na cabeça acabou reduzindo a mobilidade dos músculos da face e isto se refletia numa grande dificuldade em movimentar a pálpebra para piscar o olho. Diante da atual infecção uma série de medicamentos seriam necessários. Naquele momento o hospital não poderia oferecer amostras grátis, elas já haviam acabado. Dos três colírios apenas um era distribuído na rede de farmácias públicas. Estava em falta. Os outros dois custa-

riam cerca de 100 reais. Um total de 120 reais para recuperar sua retina e não ficar cego até o final daquela semana. Xirú não poderia esperar a virada do mês para receber seu benefício. Sem alternativas em vista esbravejou, “Sabe o que dá vontade Seu... Chegar numa farmácia, pedir os três remédios, perguntar o preço e quando a atendente se virar sair correndo pra rua... Aí, se eu for preso e aquele filho da puta do Motta (apresentador do programa Balanço Geral da Rede Record) me entrevistar vou falar pra câmera que estou roubando para não ficar cego!”.

Enquanto eu pensava nas possibilidades de adquirir aqueles medicamentos por alguma via judicial, Xirú reformulou sua frase, “Não tenho saída Seu... Vou ter que falar com os caras da boca... Pedir pra traficar por uma semana e levantar esse dinheiro... Não posso ficar cego Seu, não posso ficar cego...”.

Dessa vez Xirú não ficaria cego. Também não foi necessário se “envenenar”. Mediante uma articulação feita com antigos colegas do POD, me comprometi em pagar o valor à vista dos medicamentos sendo reembolsado por eles posteriormente. Por sua vez, Xirú garantiu que iria reembolsar os 120 reais das pessoas que o ajudassem, pagaria 10 reais mensais. Seu comprometimento no pagamento das dívidas assumidas era incomum. Atravessava a cidade quando necessário para quitar seus débitos nos bares da zona norte. Segundo ele, “Não posso perder a confiança de quem me apoia Seu...”. Ficar cego nestas condições, sem acesso à medicação, o transformaria numa “vítima” do governo. Isso também seria inaceitável. Se necessário voltaria para o tráfico.”

Além disso, sem a rotina de atividades de outrora, passando mais tempo nas ruas de sua comunidade, acabava sendo abordado com mais frequência pelas forças policiais. Desde a saída do Programa Jovem Aprendiz sua carteira de trabalho perdera a capacidade de protegê-lo das investidas mais violentas. Sendo assim, sair da Vila e circular por territórios neutros como o Centro da cidade, além de permitir nosso acesso a inúmeras atividades culturais gratuitas, proporcionava também uma experiência de ano-

nimato frente à polícia dali. Ao mesmo tempo, o trânsito por outros territórios causava maiores estranhamentos e desconfianças. Andando com mais liberdade pelas ruas da região central pude acompanhar de perto o modo como Xirú era reconhecido e representado pelo olhar dos outros. Dentro de shoppings e comércios de rua éramos vigiados por seguranças, vendedores e clientes. Em praças e espaços de cultura e entretenimento o jovem negro, deficiente físico e com pinta de funkeiro era identificado como um possível vendedor de drogas.

Em um ambiente marcado por profundas instabilidades, mediante o rompimento das garantias cidadãs, exposto na dissolução dos direitos sociais básicos e na impossibilidade de circular por sua comunidade em meio à perseguição e violência policial, houve mais uma manifestação gritante das condições precárias de existência a que esta vida era exposta. Neste sentido, para caracterizar uma experiência de trânsito entre políticas públicas, centrando em seus efeitos na construção de novas possibilidades de vida, da formação do desejo no campo social, é necessário considerar a combinação da intensiva precarização dos serviços públicos associada à operação de um regime de economia moral que atua de modo a fragilizar o acesso e a permanência de determinados sujeitos à cidadania.

No período em que Xirú mais aderiu à narrativa estatal de inclusão, acesso e permanência nas políticas públicas pôde experimentar também o redimensionamento moral destas mesmas políticas no que diz respeito ao acesso de determinados grupos classificados como “usuários de crack”, “adolescentes em conflito com a lei” e “moradores de rua”. A sombra de sua trajetória somada à força das categorias e nomeações que recebeu ao longo da vida construíram realidades que impuseram restrições ao exercício de sua cidadania. É desta forma que o Estado, buscando preservar a integridade e os direitos de uns sacrificando os de outros, opera uma economia moral (FASSIN, 2008) que hierarquiza existências determinando quais vidas merecem ser protegidas e quais não.

Sendo assim, ao fragilizar e no limite de romper com a possibilidade de permanência nos espaços de garantia de direitos, tais mecanismos reforçavam determinadas perspectivas de vida.

Neste período Xirú experimentava o retorno de um antigo campo de forças enfraquecido no tempo em que teve suas demandas reconhecidas e atendidas. Dadas as novas circunstâncias, frente à indiferença de várias instituições e alvo de perseguição policial, foram criadas as condições afetivas, sociais e econômicas para o aumento de seu “veneno”. Através da enunciação “o governo tá me levando pro crime”, Xirú expressava o quanto o “governo” podia atuar de modo a submeter e aniquilar vidas produzindo o “envenenamento” dos sujeitos.

ESTADO VENENOSO

Tomo de empréstimo a noção de “estado tóxico” utilizada por Lemões (2017) quando se refere às relações de controle e às intervenções violentas destinadas àqueles que habitam as margens da cidadania. Na luta pela sobrevivência empreendida por Xirú, os elementos tóxicos de sua relação com o Estado se adensaram a partir do rompimento dos vínculos com os espaços de garantia de direitos que atuavam na produção de novos afetos, encontros e possibilidades de vida. A falta de vagas em escolas públicas adaptadas, a falta de medicamentos nas farmácias públicas, a perseguição policial, a regra previdenciária que determina a perda de seu BPC (Benefício de Prestação Continuada), caso encontrasse um trabalho regularizado com carteira assinada, impunham a sensação (e a realidade) de um Estado que, ao deteriorar as condições de existência, transforma os sujeitos em “vítimas”. No referido campo de forças, evitando se tornar uma “vítima” do “governo” e sem a possibilidade de compor os territórios do “estudante” ou do “trabalhador”, havia a necessidade de se “envenenar”. Neste caso, sendo “envenenado” pelo Estado, Xirú resistia e refletia, “Seu, o governo tá me levando pro crime”.

A formação das referidas máscaras sociais se deu a partir dos efeitos de uma intensa circulação institucional produtora de classificações sobre esta vida jovem. Sendo assim, é importante afirmar que Xirú se constituiu como sujeito ao mesmo tempo em que era constituído pelo mundo a sua volta. Políticas de saúde, assistência, educação e justiça produziam narrativas e intervenções que

marcavam um processo biopolítico de constituição de um sujeito “medicalizado”, “judicializado” e “institucionalizado”, em suma, de uma vida a ser governada. Em meio a esta trama emergia a figura de um jovem com “dificuldade de aprendizagem”, “usuário abusivo de substâncias psicoativas (crack)”, “com a família desestruturada” e de forma permanente “em conflito com a lei”.

Mesmo assim, Xirú não sobrevivia passivamente à mercê destas determinações estruturais. De forma paralela operava novas articulações a partir destes conteúdos e do aprofundamento das experiências que vivenciava pelas margens. A mais importante delas marca a emergência de duas noções fundamentais para a problematização proposta nesta dissertação, a formação do desejo no campo social em sua interface com as políticas estatais. As máscaras do “crime” e da “vítima” se estabeleceram como as representações mais sedimentadas nas narrativas apresentadas por Xirú no decorrer de nossos percursos institucionais e pelas ruas da cidade. Além de marcar o movimento de formação de novas paisagens psicossociais, elas expressam em sua constituição as relações de força entre o Estado e sua vida.

Os processos de subjetivação, acionados pelo Programa de Oportunidades e Direitos na construção de novos projetos de vida, têm como pilar fundamental o discurso de acesso à cidadania. Profundamente ligado à gramática que afirma as garantias que jovens como Xirú possuem e que ao longo de suas trajetórias de vida foram anuladas ou precariamente efetivadas, o POD atua de modo a garantir aos sujeitos sem direitos o acesso às políticas públicas de educação, saúde, formação profissional e assistência social. No entanto, a garantia e o acesso concreto aos direitos e às oportunidades eram, por vezes, condicionados por moralidades que se chocavam com as necessidades mais urgentes destas vidas jovens. Neste aspecto, a situação de Xirú é emblemática.

Entendo que sua singularidade é atravessada pela multiplicidade dos acontecimentos do campo social. Sua subjetividade em processo revela uma obra em aberto, expressa um modo de existência a ser “corrigido” pelo Estado. O jovem experimentou com sua própria vida de forma surpreendente, abrindo caminhos e esboçando movimentos. A política de acompanhamento tencionava para que ele

construísse uma nova maneira de se relacionar com a vida. Deveria aceitar determinados enquadramentos, transformar radicalmente suas condutas. Para acessar e permanecer vinculado às diferentes políticas públicas Xirú deveria corresponder a certas expectativas, oferecendo uma contrapartida moral traduzida na comprovação de seu afastamento do mundo do crime. O jovem teria que modificar radicalmente seu comportamento, eliminando aqueles conteúdos, práticas e conhecimentos de vida que o ajudaram a significar parte da sua existência e que ainda eram capazes de resolver questões práticas de seu cotidiano. Nos termos informados pelo próprio jovem, ele deveria abrir mão ou reduzir ao máximo o seu “veneno”. Seguindo determinados protocolos, sua existência se tornaria previsível e segura. Ele, ao contrário, exigia que o aceitássemos em seu tempo, ao seu modo. Desafiava suas próprias possibilidades físicas e sociais, buscando estabelecer sentidos para sua nova realidade. Era um sujeito em transição habitando possibilidades.

A etnografia de Lemões (2017) já indica a existência de certos mecanismos que orientam o acesso aos direitos, mobilizando regimes éticos e morais que fazem da cidadania uma disposição a ser apreendida e ativada no campo das competências individuais. De acordo com autor,

a inauguração de um novo posicionamento frente ao mundo supõe que o indivíduo tenha ao seu dispor uma gama de possibilidades (e oportunidades), entre as quais ele supostamente possui a liberdade de escolher e se empenhar nessa escolha, seja para combater e deslegitimar o modo negativo pelo qual ele é socialmente percebido, ou para transformar a si mesmo. (LEMÕES, p. 131)

No caso de Xirú, a noção de cidadania foi tencionada por concepções morais de “recuperação” e “reincidência”, onde uma “conduta ambígua” marcada por uma suposta vinculação com o “crime” seria suficiente para inviabilizar seu acesso aos direitos e oportunidades. Neste ponto, acredito que o complexo conjunto de experiências e classificações que repousaram sobre sua trajetória, somadas as marcas que carrega no corpo como a cor de

sua pele, seu modo de falar, de se vestir e se comportar, atuaram na constituição de um sujeito “perigoso”.

Quando focamos a trajetória e as condições concretas de vida a que Xirú foi exposto, para além da polarização moral “reincidência” x “recuperação”, reconhecemos vivências de trânsitos entre fronteiras de espaços simbólico e subjetivamente estruturados como “vida no crime” e dispositivos que operavam a “garantia de direitos”. Constituiu-se como um sujeito em movimento. Nos três períodos registrados neste trabalho, marcados a partir de seu retorno ao POD e nomeados como “Eu sou o crime”, “Eu pareço uma vítima?” e “O governo tá me levando pro crime”, percebi como o seu acesso à cidadania foi atravessado por marcadores morais ligados a uma suposta “periculosidade”, desdobrando-se na produção de suas cartografias e de suas máscaras sociais.

No entanto, em meio ao envenenamento promovido pelas intervenções estatais (e pelos maus encontros da vida) houve também a propagação de linhas afetivas que transbordaram limites institucionais. Foi no acidentado percurso de Xirú junto das políticas públicas que ocorreu a criação e o fortalecimento de redes informais de cuidado e apoio garantindo seus trânsitos entre políticas. Além disto, nos períodos em que o jovem se deparou com a operação de regimes morais que atuaram de modo a fragilizar e até mesmo impedir seu acesso aos direitos fundamentais e sociais, as referidas redes funcionaram para além do Estado, permitindo a ampliação das possibilidades de enfrentar as urgências da vida.

Formadas por diferentes agentes que em algum momento atravessaram sua trajetória institucional, sobretudo trabalhadores ligados aos serviços e instituições por onde passou, mas não apenas nelas, visto ser composta também por antigos vizinhos e amigos das comunidades da Vila Safira e Mário Quintana, com e sem vinculação ao crime, foram estas relações que garantiam alguma dignidade quando o Estado atacava. Minha inscrição nesta rede se deu por dentro do Estado na posição de trabalhador em uma destas políticas públicas e, ao lado de tantos outros agentes institucionais, permaneci integrado e afetado pelas relações ali construídas quando já não havia mais um vínculo profissional em jogo.

No período em que Xirú foi afastado dos espaços de acesso aos direitos, permanecemos agenciando por fora do Estado, estabelecendo contatos e buscando aproximações estratégicas com pontos da rede (outros profissionais) que ainda ocupavam espaços da estrutura estatal. Na composição das tramas desinstitucionalizadas, o jovem buscava diálogos possíveis com as instituições. Em outras tantas circunstâncias em que não havia esta possibilidade, restavam apenas as linhas do veneno, da circulação e da fuga. De forma sintética é possível afirmar que o efeito das referidas redes, além de tornar a existência mais suportável, mostra que o “veneno” produzido nos encontros com o Estado e com os “malandros” não emerge de uma suposta “essência” do sujeito, mas dos estados e das posições ocupadas situacionalmente. Portanto, as relações sociais que “envenenam” também são capazes de eliminar o “veneno”. Tornando a vida mais suportável e “desenvenenando” os sujeitos, as redes afetivo-sociais produzidas nos bons encontros que Xirú teceu ao longo da vida permitiram a formação de novas linhas de subjetivação e de agenciamentos entre seus pontos.

REFERÊNCIAS

- BIEHL, João. *Vita. Life in a Zone of Social Abandonment*. University of California Press, 2005.
- _____. *Antropologia do devir: psicofármacos – abandono social – desejo*. São Paulo: Revista de Antropologia, v. 51, n. 2, p. 413-449, 2008.
- _____. *Antropologia no campo da saúde global. Horizontes Antropológicos*. Ano 17, n. 35, p. 227-256, 2011.
- DASSI, Tatiana. “*É, Vida Loka Irmão*”: *moralidades entre jovens cumprindo medidas socioeducativas*. Dissertação de Mestrado, UFSC, 2010.
- DELEUZE, Gilles. *Desejo e Prazer. Magazine Littéraire*. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. 1994.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Luiz L. B. Orlandi. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- FASSIN, Didier. Beyond good and evil? Questioning the anthropological discomfort with morals. *Anthropological Theory*, v. 8, n. 4, p. 333-344, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, v. 46, n. 2, 2003.
- _____. Os tambores do antropólogo: Antropologia pós-social e Etnografia. Ponto Urbe (*On-line*), 2008, p. 3. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1750>.
- GUATTARI, Félix; ROLKIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do Desejo*. 12. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 12. ed., 2013.
- LEMÕES, Tiago. *De vidas infames a máquinas de guerras: Etnografia de uma luta por Direitos*. Tese de Doutorado PPGAS UFRGS. Porto Alegre, 2017.
- MEJÍA, Rafael Estrada. Etnografia, Cartografia e Devir: potencialidades da escritura nas pesquisas antropológicas contemporâneas. In: KOFES, Suely; MANICA, D. (orgs.). *Vidas & grafias: Narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia*. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj, 2015.
- ROLIN, Marcos; BRAGA, Cristiane; WINKELMANN, Fernanda. POD RS Socioeducativo e a potência da prevenção terciária. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v. 11, n. 1, fev/mar 2017.
- ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental. Transformações Contemporâneas do Desejo*. Editora UFRGS, 2011.
- FONSECA, Cláudia; JARDIM, Denise; SCHUCH, Patrice; MACHADO, Helena. Apresentação. In: FONSECA, C.; JARDIM, D. F.; SCHUCH, P. (orgs.). *Tecnologias de Governo: etnografias de práticas e políticas*. 46. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 1, p. 15, 2016.